

DISCURSO DO MINISTRO PAULO VANNUCHI -
21.12.2009

Cerimônia de Lançamento do PNDH-3 - Palácio do
Itamaraty

Peço licença para saudar todos os companheiros
da Mesa nas pessoas do Presidente da
República, do Vice-Presidente, da Ministra
Dilma Rousseff;

Minha saudação também a todos os conselhos,
comitês e comissões no âmbito da Secretaria
Especial de Direitos Humanos, na pessoa do
Marco Antônio Barbosa, Presidente da Comissão
Especial sobre Mortos e Desaparecidos;

Aos integrantes da Comissão de Direitos
Humanos da Câmara dos Deputados, nossa
parceira, junto com o Fórum das Entidades
Nacionais de Direitos Humanos, na coordenação
da 11ª Conferência Nacional;

Agradecimento muito especial à equipe da
Secretaria Especial dos Direitos Humanos, na
pessoa do meu secretário executivo, Rogério
Sottili; nessa equipe, agradecer em particular
à Paula Lima, que coordenou o delicado
processo de elaboração do PNDH a partir dos
resultados da 11ª Conferência;

Estendo meus cumprimentos ao Marivaldo Pereira
e ao Beto Vasconcellos, da Casa Civil, e em
nome deles às equipes que também se dedicaram
à elaboração do PNDH, que teve a contribuição
de todos os Ministérios;

Encerro as saudações com um agradecimento muito especial, Presidente, ao querido companheiro Paulo Betti, um artista que é símbolo da luta pelos Direitos Humanos no Brasil, que nos deu a honra de vir aqui fazer o trabalho cerimonial;

O dia hoje é, sobretudo, um dia de festa. É um dia de alegria. Muito importante frisar isso, porque Direitos Humanos costuma ser, a maior parte do tempo, um tema vinculado à dor, ao sofrimento, ameaças, lágrimas e sangue. Estamos também celebrando hoje o 61º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948.

Este comparecimento tão expressivo, aqui no Itamaraty, demonstra cabalmente o empenho, o compromisso do Brasil, do Governo Brasileiro, dos poderes públicos e da sociedade civil brasileira com a agenda dos Direitos Humanos.

É um dia de agradecimento, dia de celebração, dia de reafirmação dos nossos compromissos. Acabamos de realizar, aqui, a cerimônia anual de entrega do Prêmio Direitos Humanos 2009, que homenageou figuras tão importantes, simbólicas, heróicas, como Manoel de Matos, advogado, ex-presidente da Câmara Municipal de Itambé, em Pernambuco, vice-presidente estadual do PT, assassinado em janeiro deste ano, na Paraíba, pelos mesmos grupos de extermínio que ele denunciava há dez anos.

Os agradecimentos, Presidente Lula, começam pedindo licença para lembrar que hoje, 21 de dezembro, completo quatro anos no cargo. E no discurso em que me deu posse, o senhor determinou duas orientações básicas. A primeira foi no sentido de ampliar a agenda de Direitos Humanos, para que fosse assimilada sempre no seu sentido marcadamente positivo, de defesa da vida. A crença de que nós vamos construir esse mundo, esse Brasil projetado pelo sonho da igualdade, da liberdade e da solidariedade. A segunda foi sua indicação de que a defesa dos Direitos Humanos estarão na Saúde, na Educação, no Desenvolvimento Social, na Igualdade Racial, na Políticas para as mulheres, em cada um dos Ministérios. O PNDH 3, que o senhor assina hoje como Decreto Presidencial, é uma realização concreta e uma prova inquestionável de engajamento completo do Governo nessa realização.

Os desafios que temos pela frente seguem sendo enormes, mas o saldo de realizações já é muito robusto. Em 21 anos de democracia, destacando também as muitas realizações dos governos anteriores ao nosso, é preciso lembrar que o nosso Governo colocou pela primeira vez o combate à fome e à extrema pobreza como centro das políticas de Estado; atribuiu status ministerial à Secretaria dos Direitos Humanos; triplicou o orçamento nos últimos anos; aprovou uma nova estrutura, que permitiu transformar a Corde em Subsecretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Nesse saldo robusto, Presidente, foram realizadas duas conferências nacionais dos direitos da pessoa com deficiência, duas conferências nacionais dos direitos do idoso, a primeira Conferência Nacional LGBT - todas com seu envolvimento direto e pessoal -, quatro conferências nacionais dos direitos das crianças e dos adolescentes, o terceiro Congresso Mundial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Acabamos de realizar em Recife o show "Direitos Humanos, Iguais na Diferença", que a Petrobras patrocina, na sua quarta edição, com mais de 50 mil pessoas ouvindo grandes artistas nacionais que alternavam suas músicas e mensagens defendendo esses direitos. Também a quarta "Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul", agora em 16 capitais, que já é a maior mostra de cinema brasileiro em termos de distribuição pelo país.

Eu quero me concentrar agora, Presidente, numa breve síntese, recuperando uma marcha histórica até chegar a este terceiro PNDH. Reflete a própria construção dos Direitos Humanos em nosso País, nessa transição de um passado que, em muitos aspectos, insiste em permanecer coexistindo com os novos valores que vamos consolidando aos poucos. Nosso desafio é sempre fazer aflorar o novo, a construção do que ainda queremos e vamos construir.

Em 1996, o ministro José Gregori - que foi o

primeiro Secretário dos Direitos Humanos - e o ministro Nelson Jobim, na época Ministro da Justiça, lançaram o primeiro PNDH que, em 2002, Paulo Sérgio Pinheiro, titular, atualizou. E este, que lançamos hoje, tem como destaque a composição entre todas as áreas de Governo, inclusive com empresas como a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e a Petrobras nesse empenho.

Nesta terceira edição, foi sinalizada mais claramente as responsabilidades dos demais poderes republicanos, o Judiciário, o Legislativo - na forma de recomendações - e foi possível desenvolver um processo democrático muito ampliado em relação aos anteriores. O esqueleto básico deste PNDH foi construído em 27 conferências estaduais, com ampla participação da sociedade civil e dos poderes públicos em cada unidade da Federação.

Em 26 de janeiro de 2008, Presidente, o senhor, no Rio de Janeiro, no dia em que celebramos a memória do Holocausto - o imperativo de não esquecer, para que não aconteça nunca mais -, o senhor convocou um mutirão nacional para debater, revisar e atualizar o Programa Nacional de Direitos Humanos. Em seguida, assinou o Decreto convocando para dezembro a 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, que debateu e aprovou as linhas gerais deste consistente programa que vou entregar ao senhor ao final do meu discurso, cujo Decreto oficial é assinado neste evento solene e festivo.

Nesse debate preparatório, 14 mil pessoas participaram diretamente. Houve tensões, sim. Tensões democráticas, naturais, saudáveis, absolutamente inevitáveis. No recente lançamento do Programa Nacional da Safra da Agricultura Familiar 2009/2010, o Senhor disse em seu discurso: o Estado jamais será capaz de atender todas as demandas da sociedade civil, porque o papel da sociedade civil é exigir sempre mais do Estado.

Nessa dinâmica permanente, desafiante, cada momento de conquista é momento de aprofundar o compromisso com o que ainda não foi realizado. Durante os preparativos da 11ª Conferência, também foram sistematizadas as resoluções das 50 conferências nacionais, hoje mais de 60, realizadas desde 2003 em todos os temas que compõem a diversidade dos Direitos Humanos: segurança alimentar, saúde, educação, cultura, cidades, meio ambiente, igualdade racial, direitos da mulher, segurança pública etc.

Seguiram-se seis meses de negociações com a sociedade civil e mais seis meses de delicadas negociações dentro do Governo, respeitando, compondo, somando, numa visão despida de qualquer espírito de gueto, de sectarismo. E temos em mãos um Programa muito consistente.

Ele possui seis eixos. O primeiro é o fortalecimento permanente da democracia, aspecto em que o nosso Governo representa um marco histórico incomparável. A participação

da sociedade civil através de conselhos, de conferências, ao receber as pessoas, como o senhor já resumiu no vídeo que acabamos de ver, mencionando sua emoção ao receber no Palácio do Planalto o movimento dos hansenianos e as lideranças dos catadores e da população de rua.

Quem vive essas tensões entende a tentação dos antidemocráticos, autoritários, dos burocratas que não gostam desse contato, porque nesse contato vêm cobranças, vêm às vezes pancadas pela imprensa. A aferição do espírito democrático de uma autoridade pública, de um estadista, começa aí, na capacidade de assimilar, de respeitar, de discordar respeitando.

Democracia, lembremos, que ainda não está inteiramente universalizada no Brasil porque ainda há regiões, há estados, há momentos em que os movimentos populares são criminalizados. São tratados, ainda, com o velho espírito do passado, como se não tivessem assimilado, até agora, essa percepção do Brasil novo, que está germinando, crescendo.

O segundo eixo, Presidente, é a questão do desenvolvimento, na linha do social como centro do modelo econômico trilhado em nosso Governo. A garantia de um crescimento consistente do Brasil envolve articulação entre grandes projetos e o pequeno empreendimento, a economia solidária, o

cooperativismo, o desenvolvimento regional e local, com sustentabilidade ambiental.

O eixo da Educação em Direitos Humanos é o que me levou a ter como primeira agenda de 2009 uma visita ao ministro Fernando Haddad. E a primeira agenda de 2010 também o será. Para combinarmos a construção do Plano Nacional de Educação 2011/2020, incorporando todas as áreas dos direitos da mulher, desigualdade racial, saúde, educação. Na linha do que o senhor vem recomendando, Presidente, com a palavra "consolidação", preocupado que está em garantir a continuidade histórica dos principais programas de inclusão social.

O penúltimo eixo, Segurança Pública, também representa um novo marco. Está claramente afirmada a visão de que Segurança Pública é direito humano de primeira grandeza. Direito a não ser assaltado, a não ser sequestrado, a não ser alvo de bala perdida. Na polícia que o Brasil vem construindo, que tem compromisso com o respeito aos Direitos Humanos. Um exemplo é a Polícia Rodoviária Federal, premiada hoje, e a Polícia Federal, com o seu papel cada vez mais elogiado. Cada policial deve se ver, a si mesmo, como um defensor de Direitos Humanos. Ao mesmo tempo, ser visto assim pela comunidade que ele protege, onde ele trabalha. E não como muitas vezes ainda acontece, e, que a polícia é vista como uma parceira do crime.

Por último, o Direito à Memória e à Verdade,

já bastante acentuado no discurso da ministra Dilma e na homenagem a Inês Etienne. Eu lembro, Presidente, as suas reiteradas recomendações de sempre tratarmos este assunto não reforçando a ideia de que esses sobreviventes e os que morreram sejam vítimas. A ideia de ressaltar a dor e a derrota. Nós somos uma geração vitoriosa. A democracia dos nossos sonhos, ela está aqui, também como fruto da luta daqueles que não puderam estar conosco mais. E dos que aqui estão. Na pessoa da ministra Dilma, do ministro Juca, do ministro Tarso, tantos outros, da Inês, da Maria do Amparo e de tantos mais. O senhor lembrou isso ao recordar os nomes de Gregório Bezerra e de Marighella, no dia 20 de novembro do ano passado, inaugurando a estátua de João Cândido, no Rio de Janeiro, no Dia de Zumbi.

Termino reafirmando que este Programa Nacional de Direitos Humanos incorpora o eixo do Direito à Memória e à Verdade como passo indispensável para a reconciliação nacional. Tivemos um período de violência que não queremos de volta. E para que ele não volte, não exista nenhum perigo de voltar, é fundamental nos estendermos as mãos.

Estendermos as mãos é não sufocar, não acobertar, não tentar botar uma pedra sobre um passado, sem processá-lo em todos os sentidos: político, ético, filosófico, histórico. E o Judiciário decidirá a respeito de qualquer implicação criminal e penal, ou não.

Nesse sentido, esse eixo é um eixo de valorização e fortalecimento das Forças Armadas brasileiras, que já estão participando ativamente de missões de proteção aos Direitos Humanos: no combate à erradicação do subregistro civil de nascimento; nas campanhas de enfrentamento da fome; na Segurança Pública em áreas de contrabando e de crimes de fronteira; em eventos de pessoas com deficiência, sobre crianças e que incorporam a presença da mulher.

Neste espírito de reconciliação, a sua colega Michelle Bachelet, presidente do Chile, com a autoridade de médica, de torturada e de filha de um ministro que foi morto pelos seguidores de Pinochet, lembra que só as feridas lavadas podem cicatrizar. Nesse sentido, passo às suas mãos a publicação de um Programa Nacional de Direitos Humanos que o senhor coordena, que o senhor inspira. O desafio, agora, é concretizá-lo. Muito obrigado.